Disjunção Estado-sociedade

Philip J. Havik e Joshua B. Forrest

Vozes do Povo: Sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau
Miguel Carter e Carlos Cardoso, organizadores
Bissau: DEMOS, 2021.
Primeira impressão, janeiro 2024.

© 2021 União Europeia. Todos os direitos reservados.
Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

13

Disjunção Estado-Sociedade

Philip J. Havik e Joshua B. Forrest

A extraordinária e abrangente pesquisa impulsionada pela iniciativa Vozes do Povo expõe uma importante disjunção nas atitudes populares perante as instituições nacionais e locais. Os resultados são dramáticos em muitos aspetos, pois colocam em questão a legitimidade política do próprio Estado, enquanto, ao mesmo tempo, enfatizam a aprovação popular de instituições comunitárias locais e da sociedade civil em geral.

A maioria dos entrevistados considerou as instituições locais como confiáveis e favoráveis aos interesses do povo. No entanto, as instituições do Estado nacional são percebidas como se estivessem a funcionar de maneira isolada, num casulo, sem se preocuparem com a situação da população comum. Tendo como pano de fundo a turbulência e instabilidade política da Guiné-Bissau, que a tornou passível de ser classificada como um Estado 'falhado', de 'sombra' ou mesmo 'narcoestado,'[1] o inquérito Vozes do Povo fornece uma visão excecional e aprofundada, de largo alcance do sentimento popular sobre a relação entre indivíduos, comunidades e o Estado. Além de incluir as experiências e perceções em relação ao sistema político do país, nas áreas urbanas e rurais, também permite identificar caminhos futuros para reduzir a referida disjunção, com base na avaliação dos entrevistados sobre o regime político, os seus atores e o seu desempenho.

Este capítulo inclui quatro secções. A primeira reconstrói a trajetória política complexa e heterogénea do país, desde a independência, seguida por uma análise das tendências que emanam da pesquisa comparativa entre a Guiné-Bissau e outros países da África Ocidental, com base nos dados da pesquisa Vozes do Povo e do Afrobarometer. A seguir, examina os dados qualitativos que emergiram de discussões de grupos focais realizadas em diferentes partes do país. As conclusões avaliam as formas potenciais de diminuir o fosso Estado-sociedade na Guiné-Bissau.

Trajetórias de Disjunção Estado-Sociedade

Nas bases sociais da Guiné-Bissau, vemos a influência de uma continuidade histórica de tradições baseadas na tolerância social, no apoio mútuo, e na construção – ao longo de vários séculos – de organizações locais resilientes e eficazes. A formação destas instituições populares locais contrastam fortemente com as práticas de governação características do Estado nacional, tanto na época colonial como no período pós-colonial.[2]

A origem desta disjunção Estado-sociedade está ligada à formação de uma estrutura política colonial virada para a extração de recursos e à institucionalização de uma série de políticas de repressão, como a intervenção em estruturas sociais existentes, o minar de chefias tradicionais, o confisco de culturas de renda e políticas arbitrárias cometidas por administradores coloniais junto às populações rurais e urbanas.[3] Pode-se argumentar, claro, que muitos Estados coloniais tiveram um comportamento político semelhante e que isso não levou a uma profunda disjunção pós-colonial

[1] Chabal e Green, 2016; Shaw (2015).

[2] Forrest (2003: 168-171).

[3] Forrest (2002, 2003).

entre Estado e sociedade. Mas, na Guiné-Bissau, o período colonial culminou numa luta de libertação nacional que durou onze anos, de 1963 a 1974. Esta luta, conduzida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a liderança de Amílcar Cabral, foi marcada pelo impacto da extensa violência perpetrada pelas forças armadas coloniais, compreendendo o uso generalizado da tortura sobre presos políticos, os bombardeamentos abrangentes de aldeias e campos de cultivo, a implantação do temido serviço secreto do Estado Novo português – a PIDE – e programas de reordenamento forçado da população rural, para facilitar o seu controlo político.[4]

A luta pela independência nacional dividiu o país em áreas sob domínio colonial e áreas libertadas e governadas pelo PAIGC, enquanto o conflito armado também resultou na militarização da sociedade, a todos os níveis. Além disso, criou grandes dificuldades económicas para as populações deslocadas pela guerra, muitas das quais fugiram para países vizinhos, o Senegal e a Guiné-Conacri.

Quando a luta terminou, o PAIGC controlava mais de dois terços do país. A guerra exacerbou as tensões interétnicas e dividiu lealdades, além de fomentar uma grande desconfiança popular em relação ao Estado colonial.[5] A independência do país e a mudança política (*kambansa* em Kriol) trouxe novas esperanças, alimentadas pela prometida africanização do novo Estado e o seu compromisso de promover a justiça, o desenvolvimento e o bem-estar nacional.[6]

Construindo o Estado pós-colonial

A ideia de um Estado centralizado, com o monopólio do poder, não teria uma aceitação natural no seio da população guineense após uma longa luta contra o Estado colonial. Afinal, segundo as lideranças do PAIGC, o Estado devia ser do povo, fruto do sacrifício do povo e da capacidade militar do exército rebelde – as Forças Armadas Revolucionárias do Povo, FARP – que tinha sido recrutado em grande parte no meio rural. O governo nacional, portanto, seria sustentado pelo "poder popular" e promoveria os interesses do povo. No entanto, nos primeiros seis anos que se seguiram à independência, a maioria dos guineenses – incluindo antigos combatentes que lutaram nas FARP – percebeu que a elite política cada vez mais se distanciava dos cidadãos.

Sob a liderança do primeiro presidente, Luís Cabral, a nova elite político-partidária e estatal, uma vez instalada na capital, cedo mostrou uma falta de preocupação com as necessidades quotidianas da população, ao monopolizar o poder do partido único/Estado e ao debater entre si os detalhes da política macroeconómica.[7] Amílcar Cabral, o líder do PAIGC durante a luta, já tinha alertado para o perigo da centralização do Estado na capital, e para a necessidade de um equilíbrio entre o partido único e os corpos políticos eleitos.[8] Sob a presidência de Luís Cabral (1974-1980), o governo promoveu políticas como a rápida industrialização e a substituição de importações. Esta estratégia, definida no Terceiro Congresso do PAIGC, em 1977, contudo, não refletia a plataforma política original do PAIGC, a 'linha de Cabral' que, desde o tempo da luta, tinha priorizado o desenvolvimento rural.[9]

Isolados nos seus gabinetes na capital, longe das tabancas (aldeias) do interior do país, onde era preciso 'construir o Estado', as autoridades nacionais foram acusadas de ignorar colheitas falhadas e de desdenhar as dificuldades económicas e a falta de infraestruturas e serviços públicos, em especial

4 Forrest (2003: 203).
5 Forrest (2003: 144-145).
6 Havik (2012: 57), Havik (1999).
7 Cardoso (2000b), Mendy (1998), Lopes (1982, 1987), Chabal (1983), Rudebeck (1982).
8 Chabal (1983: 193-197).
9 Havik (2016: 77); Galli e Jones (1987: 109-121).

nas comunidades rurais.[10] O fosso crescente entre o Estado de partido único e a sociedade, com uma base essencialmente rural, foi entendido em grande medida, como uma brecha entre Bissau, a capital, e o resto do país. Este distanciamento já tinha começado durante a luta e ampliou-se sob o regime de partido único,[11] criando um efeito em cascata que acabou por defraudar as promessas feitas durante a luta e deslegitimar o Estado recém-africanizado.[12]

Do ponto de vista da perceção popular, o estabelecimento de comités de tabanca (nas áreas libertadas durante a guerra), que se estenderam por todo o país, imediatamente após a independência, teve o efeito contrário daquilo que se esperava. Devido à falta de apoios externos aos comités, estes ficaram marginalizados na base da pirâmide política e tornaram-se testemunhos do incumprimento da promessa de efetivar o poder popular.[13]

O afastamento em grande escala das autoridades tradicionais após a independência, sobretudo dos chefes ou régulos nomeados sob o domínio colonial – desacreditados pelo seu apoio tácito ou direto ao regime colonial – criou um vazio no meio do poder local.[14] Estas autoridades locais só foram restabelecidas de forma gradual a partir de 1987, após uma reviravolta do PAIGC, que resultou na legalização daquelas, em 1992. Este processo coincidiu com a estratégia do então presidente, Nino Vieira, de ampliar as alianças políticas para sustentar a política de liberalização económica.[15] Por sua vez, as políticas de privatização realizadas no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) enfraqueceram a autoridade das instituições estatais, enquanto fomentavam a política prebendária que facilitou a 'captura' do Estado. Por conseguinte, a instabilidade associada à intensa rivalidade no acesso aos recursos do Estado acentuou a dependência económica externa e financeira do país,[16] aumentando ainda mais a relação disfuncional entre o Estado e a sociedade.[17]

O crescimento da instabilidade política

A sensação crescente de estar diante de um Estado alienado e explorador, e assim como um conjunto de lutas interinas entre as elites políticas e militares, facilitaram o surgimento do primeiro golpe de Estado no país, liderado por forças militares, em 1980. Este ato deu início a um processo de acumulação do poder presidencial, num estilo autocrático "bonapartista",[18] que descaracterizou o regime semipresidencial. Esta dinâmica provocou o esvaziamento do poder do parlamento – regido pelo partido único – e a extinção do cargo de primeiro-ministro em 1984, instaurando assim um sistema presidencialista. Neste período, enraizou-se uma cultura política de procura e obtenção do poder por qualquer meio, um etos que se entrincheirou particularmente nas forças armadas e fações rivais, no seio da elite política. Contudo, o golpe de 1980 foi retratado pelos seus líderes como um "Movimento Reajustador," que visava retornar à "linha de (Amílcar) Cabral" e salvaguardar "as conquistas revolucionárias da luta armada," com a criação de "uma democracia nacional revolucionária".[19]

10 Havik (1999: 137-147).
11 Cardoso (1995: 270).
12 Cardoso (2000b), Mendy (1996), Lopes (1982, 1987), Rudebeck (1982).
13 Rudebeck (1988), Galli e Jones (1987): 73-94; Bicari (1983).
14 Forrest (2003: 187).
15 Sangreman (2016: 16-18), Forrest (2003: 239-244), Mendy (1996: 38-53), Cardoso (1995: 262-266).
16 Imbali (1993).
17 Forrest (2002: 239-245).
18 Forrest (2003: 237), Fernandes (1994: 35).
19 Havik (2012: 56), Nóbrega (2003: 219-229).

A transição, atribulada, para as eleições multipartidárias em 1994, que encerrou o Estado de partido único, surgiu como uma oportunidade para redefinir a agenda política e criar um regime democrático representativo, pluralista e estável. Mas, a guerra de Bissau de 1998-1999 e sucessivos golpes militares, golpes palacianos e intentonas que proliferaram ao longo dos anos 2000, o último dos quais em 2022, expuseram de forma crua as falhas do sistema político, revelando as causas e consequências subjacentes da violência política e lutas facciosas.[20] A oposição política dividida, constituída por partidos, muitos dos quais formados no exílio e sem raízes locais, evidenciava a fragilidade do pluralismo político.[21]

A 'guerra de Bissau' serviu como um lembrete gritante da erosão contínua, da desagregação do Estado e da crescente vulnerabilidade de um regime multipartidário.[22] A consequente "crise de legitimidade" do Estado e do seu regime político,[23] devido à má governação e aos abusos de poder cometidos com impunidade, acabou por transformar o sistema multipartidário guineense numa "ficção político-administrativa".[24] Os golpes e assassinatos políticos que se sucederam levantaram o espectro de um Estado "falhado", enquanto a inclusão do país nas redes do narcotráfico internacional, com ostensiva participação de militares, fragilizava o país ainda mais.[25]

O Estado pós-colonial veio, por um lado, emular o antigo Estado colonial, na sua preocupação com o controlo político e económico e a manutenção de um aparelho de segurança interna, também moldada pela experiência de um conflito armado, liderada por uma elite fortemente militarizada. Por outro lado, ao emergir da luta de libertação nacional, a Guiné-Bissau acabou sendo governada por um aparelho político-administrativo cada vez mais centralizado que atuava de forma autónoma e autocrática, desresponsabilizando-se das "suas obrigações mais elementares".[26] Ao ficar cada vez mais dependente de apoios externos para viabilizar recursos orçamentais, o Estado desconsiderou os compromissos assumidos na luta quanto ao fortalecimento do poder popular.

O estabelecimento de um regime autoritário baseado num Estado de partido único seguiu o caminho traçado por muitos regimes pós-coloniais em África, que assim ampliaram o fosso entre as promessas e a realidade.[27] A crescente dependência da cooperação internacional, tanto técnica como financeira, evidenciou o fenómeno de "extroversão," expressão desenvolvida por François Bayart e Stephen Ellis para dar conta das ações impulsionadas por elites africanas empenhadas em se manterem no poder por meio da captura de recursos externos. A permeabilidade do país às forças estrangeiras,[28] no sentido do enfraquecimento da soberania nacional e popular, acoplada ao forte sentimento de abandono por parte do Estado, encontra eco no inquérito Vozes do Povo, que confirma a perceção aguda do processo de extroversão em curso.

Esta situação alienou muitos guineenses da vida política ativa, e alimentou a sensação de terem sidos traídos pelo impasse a que chegou o desenvolvimento do país e o projeto de poder popular.[29] Após a introdução das eleições multipartidárias em 1994, certas formações políticas conseguiram

20 Kohl (2016: 175-181).
21 Forrest (2002), Mané (2000), Cardoso (1994), Fernandes (1994).
22 Amado (2005: 132).
23 Cardoso (2000b: 100).
24 Cardoso (2000a: 90-91).
25 Cesay (2016), Shaw (2015).
26 Cardoso (2000a: 91).
27 Forrest (2002).
28 Bayart e Ellis (2000).
29 Rudebeck (1982: 63-65).

capturar esse descontentamento.[30] Enquanto isso, as divisões no seio das Forças Armadas, ligadas a questões étnicas e partidárias, tornaram-se mais visíveis.[31] Ainda assim, apesar das tentativas de transformar a etnicidade numa arma política, na Guiné-Bissau ainda não surgiu o tribalismo político observado em outros países da região.[32] O inquérito Vozes do Povo reafirma o compromisso da população guineense com a identidade nacional e a sua recusa de explorar politicamente a etnicidade, enfatizando a importância da guineidade.

Multipartidarismo e distanciamento Estado-sociedade

Apesar dos conflitos políticos nas altas esferas do Estado guineense, a população tem valorizado a celebração de eleições como mecanismo de escolha dos líderes do país. Inicialmente introduzido após reformas políticas no início dos anos 1990, o multipartidarismo provou ser bastante popular, ilustrado pela impressionante participação eleitoral em eleições sucessivas. Os resultados da pesquisa Vozes do Povo confirmam-na, de tal modo que, entre os países da CEDEAO, a Guiné-Bissau tem uma das maiores taxas de participação eleitoral. Além disso, como revela a pesquisa, 71% dos guineenses são a favor da liberdade de associação; 75% a favor de eleições justas e livres, enquanto 61% acreditam no pluralismo partidário. No entanto, a insatisfação com o funcionamento da democracia na Guiné-Bissau foi uma das maiores entre os países da CEDEAO, perdendo apenas com Cabo Verde. Os dados da pesquisa também evocam uma consciência aguda do problema da dupla legitimidade política proveniente de um sistema político com um presidente e uma assembleia legislativa, a Assembleia Nacional do Povo (ANP), eleita por escrutínio popular. Esta fórmula institucional tem facilitado o surgimento de conflitos entre ambos os poderes, assim como entre sucessivos presidentes e primeiros-ministros.

O papel de destaque do PAIGC na política nacional desde a independência, comprovado pelo desempenho consistente do partido e o amplo apoio nas eleições parlamentares de 1994 em diante, não assegurou a estabilidade, nem a legitimidade do sistema político. Apesar da visão positiva das eleições parlamentares e presidenciais, na realpolitik da Guiné-Bissau, a Assembleia Nacional parece desempenhar o papel de mera câmara de debate e de espectador tempestuoso. Ainda com a consolidação do poder e a tomada de decisões-chave por parte das principais autoridades públicas, o presidente, o primeiro-ministro, ministros do governo, secretários de Estado e altas patentes do exército, a Assembleia Nacional permaneceu, ao longo deste tempo, bastante ativa, como legislador e fórum de amplos debates sobre questões políticas, económicas e sociais.

A Assembleia Nacional e os partidos políticos do país têm facilitado uma representação heterogénea no plano político, social e profissional.[33] Mas falharam na contenção do processo de fragmentação política e da tendência presidencialista do regime guineense – antes, tem-no favorecido.[34] Neste país, é a figura do presidente que representa o Estado nacional, que controla os orçamentos ministeriais e toma as decisões políticas mais significativas, não o parlamento. É por isso que o jogo político na Guiné-Bissau teve e ainda tem resultados bastante previsíveis, se não fosse o entrelaçamento da política com as Forças Armadas. Assim, apesar da retórica política, a prática de governação levou a população guineense a se convencer de que o Estado não tem interesse, capacidade ou vontade para avaliar a gravidade dos desafios existenciais que afetam a sua vida quotidiana.[35]

30 Koudawo (1994), Trajano Filho (2016: 928).
31 Nóbrega (2012: 310), Costa Dias (2013).
32 Cardoso (1995: 281).
33 Nóbrega (2015: 61-104).
34 Azevedo e Nijzink (2007).
35 Forrest (2002: 237).

Como a pesquisa Vozes do Povo revelou, 88% dos guineenses acreditam que os líderes dos partidos políticos estão mais preocupados em servir os seus próprios interesses do que os interesses do povo. Além do mais, 64% afirmam ter sido "abandonados pelo Estado", enquanto 71% dos entrevistados não confiam nos administradores financeiros do governo. Além disso, como foi afirmado acima, entre 81% e 87% dos entrevistados classificaram o desempenho da política do governo nas áreas de saúde, educação, transporte, abastecimento de água e prevenção da pesca ilegal como "mau" e "muito mau". Assim, apesar das eleições regulares e da impressionante participação eleitoral, dos debates parlamentares saudáveis e do funcionamento aparentemente normal da legislatura, as pessoas não hesitam em expressar a sua profunda deceção com o desempenho do Estado nacional nas questões-chaves. O seu fracasso crónico em atender às necessidades prementes da população tem contribuído de maneira decisiva para o sentimento de alienação desta em relação às autoridades públicas e à administração estatal.

Dimensões da Disjunção Estado-Sociedade

Os resultados do inquérito Vozes do Povo mostram que os guineenses exibem níveis muito elevados de desconfiança nas autoridades políticas e na sua capacidade de salvaguardar os direitos e interesses dos cidadãos. As lutas entre os partidos políticos e as suas fações internas são percebidas pela população como a principal causa da violência política. A pesquisa também revelou um nível muito baixo de confiança nas instituições políticas nacionais, como a Assembleia Nacional, o sistema judiciário, os administradores locais e a força policial. A única instituição estatal considerada mais ou menos confiável é a das Forças Armadas. Isso apesar de as Forças Armadas terem desempenhado – e continuarem a desempenhar – um papel fundamental na vida política do país, e, em particular, desde o golpe militar de 1980, quando passaram a constituir-se como ator de peso na instabilidade política da Guiné-Bissau.

Em contraste com as visões negativas do Estado e seus agentes, a pesquisa evidenciou um alto nível de confiança nas instituições da sociedade civil e nos líderes comunitários. Incluem-se organizações não governamentais, conselhos de anciãos, líderes locais, chefes de tabanca e associações comunitárias. De facto, a aprovação dos chefes de tabanca e líderes comunitários na Guiné-Bissau foi a mais elevada entre 18 nações africanas, incluindo todos os países da CEDEAO, segundo o estudo comparativo da iniciativa Vozes do Povo, realizado com os dados do Afrobarómetro.

Perspetivas comparadas

A grande maioria da população manifestou uma posição fortemente crítica quanto à prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento básico e manutenção de estradas. Entre todos os países da CEDEAO, nestas questões, a Guiné-Bissau teve a reprovação popular mais alta.[36] A este respeito, é surpreendente até que ponto a pesquisa ilustra a interação limitada, aliada a uma quebra de confiança entre os cidadãos e as instituições do Estado, refletindo uma tendência geral nos países da África Ocidental. Este fenómeno está, em parte, associado às políticas de ajustamento estrutural introduzidas na Guiné-Bissau durante a segunda metade da década de 1980. Estas políticas promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, reduziram o tamanho do sector estatal além de terem fomentado a privatização de vários serviços públicos. A contração ou ausência do Estado também é percetível no que diz

[36] Para mais detalhes sobre a pesquisa comparada, ver o capítulo 6 de Miguel Carter, neste livro.

respeito às opiniões veiculadas sobre a segurança pessoal no inquérito, havendo uma acentuada perceção de insegurança num segmento expressivo dos cidadãos.

Por um lado, no seu conjunto, os resultados da pesquisa dão conta da existência de uma sociedade civil bastante robusta e ativa, que demonstra um alto nível de interesse e consciência de assuntos políticos, além de uma participação importante na vida comunitária. É digno de nota que a maioria dos guineenses participe em uma ou mais associações sociais e da comunidade local. Além disso, o nível de votação e participação nas campanhas eleitorais é muito elevado, comparado a outros países da região. Da mesma maneira, os guineenses são mais dados a conversar sobre a política com amigos, parentes e vizinhos do que os cidadãos de qualquer outro país da CEDEAO. A seguir à Serra Leoa, a Guiné-Bissau é o país da região onde as pessoas se sentem menos inibidas para expressar as suas opiniões políticas.

Contudo, e por outro lado, as crises políticas e os problemas sociais e económicos não resolvidos na Guiné-Bissau geraram ideias pessimistas sobre as perspetivas futuras da nação. Estas disposições levaram muitos residentes a emigrar para o exterior. A incapacidade dos governos de combater eficazmente a corrupção, aliviar a pobreza, cujos índices têm piorado ao longo do tempo, de assegurar a segurança alimentar, fornecer água potável, melhorar o acesso à educação e a saúde pública e de facilitar o progresso económico, resultaram num sentimento amplo de futilidade e frustração social. A incapacidade do Estado de promover a extensão rural e de canalizar apoios para a produção familiar, por exemplo, de castanha de caju, o principal produto de exportação do país, tem exacerbado o sentimento de alheamento popular no meio rural.

Perceções da base

Esta dicotomia sociopolítica e os extensos problemas sociais e económicos assinalados provocaram um profundo descontentamento. Este faz-se sentir de modo particular entre as camadas jovens e, por sua vez, contribui para as altas taxas de emigração. No entanto, esta profunda insatisfação é matizada, de forma parcial, pela existência de uma sociedade civil – rural e urbana – resiliente, engenhosa e engajada. O facto de muitos guineenses receberem remessas do exterior, fez da Guiné-Bissau um dos países da África Ocidental com a maior taxa de receção de remessas, o que demonstra a capacidade das famílias de mobilizar recursos para suplementar o rendimento familiar e melhor enfrentar crises económicas.

A disjunção Estado-sociedade agrava os problemas socioeconómicos e piora as condições de vida da população, sobretudo dos mais vulneráveis. No entanto, o engajamento nas associações comunitárias, o apoio das redes tradicionais de ajuda mútua e a confiança nos líderes locais têm sustentado uma dinâmica política e social, principalmente informal, mas de atuação expressiva na base da sociedade guineense.

As sessões de grupos focais que decorreram em diferentes partes do país trazem dados novos relativos às perceções dos guineenses sobre a disjunção entre o Estado e a sociedade.[37] As principais preocupações expressas nessas entrevistas centraram-se na instabilidade política crónica, no agravamento do clima político, na incompetência e corrupção da elite política, no seu recurso a práticas prebendárias, e no impacto a longo prazo desses problemas na coesão social do país. A Guiné-Bissau tem uma longa história de compromisso com a unidade nacional e de cooperação interétnica, forjada durante a guerra anticolonial, de 1963 a 1974. Mas a forte violência desencadeada um

[37] Ver Carter (2020). Uma síntese desta pesquisa encontra-se no capítulo 5, de Carter, neste livro.

quarto de século depois, durante o conflito de 1998-1999 entre, por um lado, as forças de segurança e jovens combatentes, os aguentas, recrutados pelo presidente Nino Vieira, e a grande maioria do exército nacional, por outro, revelou novas fissuras intergeracionais e políticas. Estas têm desafiado o empenho histórico em torno da unidade nacional, ao ponto de comprometerem seriamente a infraestrutura política e económica do país.

Ainda assim, o inquérito sugere que, embora essa violência tenha suscitado preocupações quanto à sustentabilidade da unidade nacional, o compromisso com a reunificação social permaneceu forte na base popular. Além disso, sentiu-se que a violência que eclodiu em 1998-1999 deveria ser atribuída a divisões políticas artificiais, fomentadas por sectores da elite política, mas que não refletia uma rutura social mais duradoura. Os entrevistados, na verdade, sublinharam a importância da diversidade étnica e cultural do país e viram-na como uma força e riqueza nacional. Esta visão reflete uma longa tradição de convivência social pacífica, de ajuda mútua e de hospitalidade no meio popular. Tudo isto ajudou a restaurar a paz no país e a facilitar a cooperação social nas tabancas e nos bairros urbanos. Esta resiliência permitiu restabelecer, em boa medida, a economia informal e a produção agrícola, após os combates de 1998-1999.

Ao mesmo tempo, os resultados da pesquisa mostram que a maioria dos guineenses opinam que o governo e as lideranças nacionais têm abandonado a população nas últimas décadas. Isso tem sido particularmente percetível em relação à falta de progressos tangíveis no plano económico. De facto, grande parte da sociedade resignou-se a ficar sem apoios das instituições estatais, fiando-se nas suas estratégias de sobrevivência para assim garantir ou melhorar a sua autossubsistência. Entre os entrevistados, vários expressaram um ressentimento e até uma sensação de vergonha pela falta de desenvolvimento e pelos escassos benefícios materiais obtidos depois da independência nacional, acusando as autoridades nacionais de incompetência e falta de consideração. Esta situação forçou-os a depender de recursos próprios para sobreviver. A consciência das realizações feitas a partir desta ténue autogestão, enquanto privados de acesso aos serviços públicos e infraestruturas básicas – tal como a manutenção de estradas, serviços de saúde e educação, acesso à água potável e o abastecimento de energia elétrica – exacerbou esse sentimento de mágoa. Embora a ajuda mútua comunitária possa melhorar as condições de vida, a luta constante para se erguer sem assistência do Estado é sentida como particularmente cansativa e desmobilizadora.

Claro, nem todos os programas governamentais têm tido resultados negativos. Alguns, até, tiveram um impacto bastante positivo. Entre eles, estão as políticas de fixação de preços e exportações de caju; a construção de barragens, e alguns programas de saúde, como as campanhas de vacinação em todo o país. Contudo, a implementação dessas políticas no terreno acabou por depender em muitos casos de atores não estatais, como as ONGs, tanto nacionais como estrangeiras, e das agências de cooperação internacional. Nestes empreendimentos, a participação do Estado tem sido mínima e indireta. Nenhum desses programas teve o impacto político desejado na base popular de modo a colmatar a brecha entre esta e o Estado. Pelo contrário, reforçaram a imagem positiva das ONGs e associações comunitárias, enquanto realçavam a falta de capacidade do governo para implementar os seus próprios planos de desenvolvimento.

Disfunção institucional e seu impacto

De maneira geral, os entrevistados salientaram as múltiplas manifestações de conturbação política na hora de avaliar a atuação do Estado. Essas disfunções sistémicas são ilustradas de maneira pungente pela dúzia de golpes militares, as rixas constantes entre os principais líderes políticos,

o cancelamento ou manipulação de várias eleições nacionais, a frequente dissolução de governos, o desfalque do erário público e a perceção de corrupção generalizada. Esta perceção negativa também inclui a impunidade judicial, a complacência ou participação aberta de elites políticas e militares no tráfico de drogas, a falência do tesouro nacional, a falta de fiscalização e transparência, e a dependência crónica de atores internacionais.

Em comparação, enquanto mais de metade dos entrevistados considerou que a corrupção tinha aumentado a nível nacional, os líderes tradicionais e religiosos, na sua grande maioria, ficaram bem-vistos, estando isentos de envolvimento nas redes prebendárias. De igual forma, as associações comunitárias foram consideradas como uma força positiva na sociedade pela seriedade da sua colaboração no fornecimento de serviços essenciais.

A disfuncionalidade das instituições, a nível nacional, mas também da administração pública local, organizada em regiões e sectores, levou a maior parte da população a não as ver como representantes ou intermediárias políticas legítimas. Este é outro fator que aumenta o descontentamento generalizado com o sistema político. O facto de a Guiné-Bissau não ter tido nenhuma eleição municipal, desde a independência, fez com que a democratização política não se estendesse à esfera do poder local, alargando o fosso entre o Estado e a sociedade guineense, do ponto de vista das comunidades locais.

Do lado da "sociedade" dessa disjunção, é importante enfatizar que, embora o Estado sofra de uma instabilidade crónica, a própria sociedade civil apresenta âncoras bastante sólidas. As entidades sociais que operam a nível regional, nas aldeias rurais e nos bairros urbanos, são descritas como instituições eficazes que merecem confiança por serem lideradas por membros respeitados da comunidade. Algumas zonas do país exibem uma capacidade notável para mobilizar redes de parentesco e solidariedade étnica a nível local, regional e transnacional. Estas redes informais e associações comunitárias têm canalizado com êxito investimentos para apoiar o desenvolvimento rural, criar postos de saúde e construir escolas. Ações deste tipo viabilizam a continuidade e dinâmica destas comunidades em rede. Com isso, geram uma capacidade de passar de capital social 'vinculado' (localizado, circuito fechado) para 'transposto' (móvel, circuito aberto) dentro das comunidades, à medida que conseguem ligar as instituições locais em comunidades urbanas e rurais a atores económicos nacionais e internacionais, para alavancar o desenvolvimento.[38]

Essas redes são muito diversificadas. Elas abrangem laços de parentesco e amizade, grupos etários e de jovens, redes interétnicas, associações de mulheres, círculos informais de autoajuda (como os *mandjuandadis*), coletividades religiosas, circuitos comerciais informais, nacionais e transfronteiriços (*lumo*). Estas redes utilizam meios de comunicação – como as telecomunicações móveis – que permitem ligar guineenses de uma região aos de outra e, ainda, aos seus pares residentes no exterior, num exercício da cidadania na diáspora, nesta era digital.[39]

Se bem que esta dinâmica opere numa dimensão de autogestão, que preenche, em parte, o espaço deixado pelo Estado ausente, também revela um forte sentido de pertença comunitária, que se traduz numa notável resiliência face aos principais desafios socioeconómicos. A pesquisa comparada com outros países africanos mostra que a resiliência das famílias guineenses depende em grande medida de instituições e atividades informais que, efetivamente, contornam o Estado, através de redes transnacionais, associadas às estratégias criativas desenvolvidas para assegurar a

38 Gitell e Vital (1998).

39 Bernal (2014).

sobrevivência da família e da comunidade. O inquérito evidencia uma capacidade impressionante dos guineenses para mobilizar, de forma habilidosa, redes diaspóricas, sejam de parentes, de amigos ou redes étnicas e comunitárias, transformando estes recursos de capital social e cultural em meios para alavancar a sua autossuficiência. Essas estratégias de sobrevivência também demonstram os benefícios da (e)migração, como forma de aliviar as duras condições de vida, sem recorrer ao Estado. Contudo, aquelas não reduzem o fosso entre o Estado e a sociedade, mas perpetuam-na.

Reduzir a Fratura entre o Estado e a Sociedade

A magnitude e a persistência do fosso entre a sociedade e o Estado ajudam a entender porque a elevada agitação nas altas esferas da política guineense não se reproduz na sociedade. São conflitos políticos fortemente personalizados que permanecem, na maior parte, encapsulados nos níveis superiores do Estado. Eles envolvem muitas vezes conflitos entre instituições – a Assembleia Nacional, o governo, o presidente, os partidos políticos, e as Forças Armadas – e atritos entre atores individuais: o presidente, o primeiro-ministro, os ministros, o chefe do parlamento, o comandante em chefe das Forças Armadas e os líderes partidários.

As lutas pelo poder e as tentativas de golpe refletem a intensa competição entre gerações, fações e líderes políticos, aliados, muitas vezes, a atores da esfera militar - o epicentro do poder do Estado nacional. São rivalidades que não envolvem a população guineense em geral, que, segundo os resultados da pesquisa, se sente marginalizada e impotente para influenciar as soluções dos atritos políticos. Na perspetiva popular, a disjunção Estado-sociedade reforça a divisão política na Guiné-Bissau entre "o Estado" – em todos seus níveis – e as entidades comunitárias e locais que formam "a base" da sociedade. A 'guerra de Bissau' de 1998-1999 serviu para desvendar este fenómeno e mostrar o grau de desligamento popular da política nacional que, afinal, não produziu 'dividendo democrático' algum.

Na verdade, a trajetória política recente do país ilustra a contínua extroversão do sistema político do país, que requer apoio financeiro externo para manter a paz política e até para realizar eleições, as quais, por sua vez, são validadas por organismos internacionais. Ademais, as instituições do país têm estado sujeitas, de modo quase permanente, a alguma forma de vigilância externa. Refira-se a presença quase permanente de missões internacionais da CEDEAO e a força militar da ECOMIB, e do UNIOGBIS, que monitoriza a implementação do Acordo de Abuja, o qual encerrou a guerra de 1998-1999.

Esta guerra provocou o êxodo de cerca de 300.000 moradores da capital, o dobro do número de pessoas que se refugiaram nos países vizinhos durante a luta de libertação. A '*osprindadi*' (hospitalidade) mostrada pela população do interior do país, que acolheu os refugiados e partilhou os escassos recursos disponíveis, demonstrou a resiliência da sociedade guineense e a sua capacidade de gestão de conflitos. Mas evidenciou também que esta solidariedade não era incondicional. Mesmo tendo ajudado a atenuar o sofrimento causado pelo conflito armado, a segunda vaga de refugiados, após o reatar do conflito, teve de lidar com o azedar do relacionamento com as populações locais.[40] Isto demonstra que existem limites quanto à capacidade de absorção das redes de entreajuda tradicional, ainda que em situações de emergência, quando a pressão sobre os escassos recursos se prolonga.

[40] Jao (2000).

Governação e legitimidade

Uma análise do relacionamento entre cidadãos e líderes eleitos no governo local, com base em pesquisas do Afrobarometer em vinte países africanos, concluiu que a falta de poder de decisão e a falta de sensibilidade e responsabilização dos atores políticos e das instituições nacionais frustraram as expectativas populares. Em vez de responder às necessidades locais, as decisões tomadas tendem a refletir os interesses dos escalões superiores do Estado, dos doadores internacionais e das ONGs estrangeiras que fornecem recursos humanos e financeiros.[41] Nesta senda, os resultados do inquérito Vozes do Povo suscitam perguntas importantes. Apesar da crise de legitimidade do Estado, será que os guineenses ainda veem o Estado e as suas instituições como algo desejável? Que propostas existem nas comunidades para resolver a crise de confiança que predomina no cenário nacional?

Sabe-se que há uma indignação generalizada dos cidadãos, por terem sido ignorados, abandonados e enganados, portanto, tornados invisíveis pelo Estado, o que tem corroído a motivação para participar no processo político. Todavia, as altas taxas de participação na votação e na campanha eleitoral indicam que a população não abandonou por completo o sistema multipartidário iniciado em 1994. Embora alguns não manifestem intenção de votar, afinal muitos o fizeram a pedido do chefe da tabanca, o que sublinha a influência positiva de dinâmicas comunitárias na ausência do Estado. As principais lacunas identificadas pelos entrevistados são a falta de um Estado "bom" e solidário, de investimentos na comunidade, de autoridade, de responsabilização, de descentralização e de proximidade. Em suma, a pesquisa evidenciou uma perceção aguda da falta de reciprocidade e da fetichização do poder estatal pelos atores políticos. Na visão dos inquiridos, estas falências romperam o contrato social forjado na luta pela independência.[42]

Ao acostumar-se com a ausência do Estado, os cidadãos convenceram-se da sua incapacidade de desempenhar funções básicas. Contudo, a pesquisa revela um desejo profundo de ver o "seu" Estado e sistema político funcionar bem, para assim satisfazer as necessidades das comunidades. As reclamações insistentes feitas pelos entrevistados sobre a não resolução dos seus problemas, demonstram – de forma distinta de outros países – que existe uma referência e um desejo profundo de contar com um Estado funcional, solidário e responsável. Apesar dos fracassos históricos do Estado e seus representantes, a indignação e a vergonha dos guineenses refletem um sentimento de pertença nacional, que por sua vez motiva a necessidade sentida de reconciliação.

Na mesma senda, a pesquisa Vozes do Povo destaca um forte desejo de mudança. A adesão entusiasta aos princípios democráticos e a alta participação eleitoral nas últimas três décadas, a tolerância religiosa, a convivência interétnica e a ausência de conflitos violentos nas comunidades e entre os partidos políticos, sugere uma base sólida sobre a qual seria possível consertar os laços entre o Estado e a sociedade. Embora não forneçam respostas claras sobre como reduzir este fosso histórico, os resultados da pesquisa sugerem caminhos possíveis.

Visto de uma perspetiva do topo para a base, a urgência em melhorar a responsabilização dos governantes e dar maior força à opinião popular sugere a necessidade de fortalecer instituições representativas a nível nacional e estreitar as suas relações com a sua base popular. Promover instituições executivas e legislativas que exprimam este sentido de pertença num regime de carácter democrático e pluralista implica mudanças na forma em que operam a Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos com assento parlamentar. A notável fragmentação política e a falta de

41 Bratton (2012: 517)

42 Havik (2012: 52-62). Ver o capítulo 5, de Carter, neste livro.

fiscalização da tomada de decisões concentrada no Poder Executivo – principalmente no Presidente eleito – indicam a necessidade de reforçar o papel do Poder Legislativo e do primeiro-ministro, como *primus inter pares*. Além de que estas reformas poderiam reequilibrar o exercício do poder ao mais alto nível do Estado, elas também terão de melhorar a responsabilização do poder central perante a sociedade civil.

As respostas à sondagem Vozes do Povo indicam que a maioria do povo se opõe ao reiterado desrespeito da Assembleia Nacional Popular (ANP) pelo então Presidente da República, José Mário Vaz (2014-2019). Opinião que retrata o parlamento como o elo fraco do sistema. Os problemas de coabitação entre o presidente e o primeiro-ministro têm sido uma característica constante do sistema semipresidencialista guineense, também na era multipartidária.[43] Este sistema não tem facilitado a partilha do poder ou um maior consenso entre os três poderes do Estado. Apesar de ter concluído o seu mandato, o período altamente instável sob a presidência de Jomav (José Mário Vaz), marcado por conflitos recorrentes com os primeiros-ministros e com a Assembleia Nacional, ilustra a necessidade de uma reforma constitucional.

Repetidos golpes palacianos, demissões ilegítimas de governos e dissoluções inconstitucionais de Assembleias eleitas têm criado grande instabilidade no seio do poder central e reduzido a sua representatividade e transparência. A grande maioria dos inquiridos que desaprova ou desaprova fortemente a atuação do seu representante eleito na ANP, sugere a necessidade de um restabelecer da sua legitimidade política, maculada pela perda de representatividade de uma câmara fortemente fragmentada e ineficaz. Seguindo as recomendações da CEDEAO, o debate recente em torno da reforma constitucional proposta por um comité a pedido do atual presidente, Umaro Cissoko Embaló, e conduzida de forma paralela a uma discussão semelhante na Assembleia Nacional, ilustra as tensões recorrentes entre instituições eleitas.

Instituições e lideranças sincréticas

Dada a confiança demonstrada nas instituições comunitárias, há, no seio da população guineense, sinais de preferência por uma mudança política de baixo para cima. Segundo as entrevistas realizadas pela pesquisa Vozes do Povo, as iniciativas tomadas a nível local tendem a oferecer soluções práticas, que atendem às necessidades da comunidade e ajudam a mobilizar redes de apoio. Estudos sobre a resolução de conflitos em áreas urbanas e rurais mostram a importância e a fiabilidade destas instituições de base. Além disso, eles ressaltam o papel das 'lideranças sincréticas' nos processos de arbitragem e reconciliação de conflitos locais.[44] Os líderes sincréticos e as organizações e redes com perfil semelhante têm uma capacidade de transitar entre a esfera "tradicional" e a "moderna" da política. Instituições locais 'tradicionais' que ao longo do tempo se adaptaram para melhor mediar as relações entre Estado e comunidades assim como para alavancar recursos importantes, tornaram-se sincréticas. Muitas chefias étnicas locais ou *régulos* acabaram por manter um vínculo com o Estado e, ao mesmo tempo, por exercer as suas funções 'tradicionais', criando a figura do líder sincrético, cuja legitimidade depende da sua atuação simultânea nos dois campos.

A tentativa do poder central de primeiro 'decapitar' para depois 'capturar' estes líderes para fins políticos pessoais, através de políticas administrativas e prebendárias, realça a perceção do seu potencial em termos da sua autoridade e legitimidade.[45] O seu papel na fase do multipartidarismo

43 Elgie (2010), Moestrup e Nijzing (2007), Forrest (2005).

44 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999), Embaló (2008: 191).

45 Meirotti e Masterson (2018).

não se limita à mediação de conflitos locais, mas também a navegar no espaço Estado-sociedade.[46] É a capacidade dessas instituições e atores 'híbridos', de converter a mediação e arbitragem 'multiplex' num processo político relevante e de mobilizar recursos sociopolíticos significativos, que distingue o líder sincrético dos seus pares.[47]

Contudo, a autoridade e legitimidade de chefes tradicionais ou régulos não é uniforme em todo o país, nem a sua capacidade de mediar conflitos locais, muitas vezes relacionados com a posse da terra.[48] Estas lideranças, circunscritas em grande parte aos grupos étnicos mais centralizados e estratificados, foram fortemente afetadas por intervenções governamentais coloniais e pós-coloniais.[49] Em contrapartida, nos grupos étnicos mais horizontais e segmentários, a autoridade tende a ser colegial e é exercida por um conselho de anciãos ou "grandes", a nível das tabancas. Mesmo nas sociedades mais verticais, não existem lideranças unificadas, pelo facto de os dignitários leigos operarem de forma paralela. A natureza multiétnica de muitas comunidades em todo o país aumenta ainda mais a complexidade da mediação de "campos sociais de tensão,"[50] devido ao envolvimento de representantes de diferentes comunidades.[51]

As dimensões sincréticas da sociedade encontram expressão, por exemplo, nas *mandjuandadis* ou *colegasons* organizadas segundo grupos etários, que se espalharam por todo o país após a independência, transformando-se em associações locais.[52] Algumas delas estão registadas oficialmente e operam como *grupus di abota* ou societés – também conhecidas como associações rotativas de crédito e poupança.[53] Apesar de demonstrar a dinâmica na base da sociedade guineense, elas não garantem a mobilização efetiva da sociedade civil para mudar práticas políticas e ocupar o vazio que o Estado deixou. Nos anos 1980 e na campanha eleitoral de 1994, as *mandjuandadis* envolveram-se em campanhas políticas clientelistas, facto que minou a sua legitimidade.[54] Ainda assim, o surgimento de associações de jovens, comunitárias e agrícolas, em diversos pontos do país, demonstra a força da sociedade civil guineense e uma dinâmica de formas sincréticas de alavancar e distribuir recursos esparsos.[55]

Em termos da descentralização do sistema político no país, a promessa de realizar eleições autárquicas na Guiné-Bissau nunca foi cumprida. Várias vezes adiadas, estas podiam servir para uma *kambansa* desejada, ao fortalecer a representação local num país altamente centralizado. Ela fora almejada por Amílcar Cabral como uma prioridade para o Estado pós-colonial,[56] e foi inscrita na Constituição de 1996. O programa de desenvolvimento 'Terra Ranka', adotado pelo governo de Guiné-Bissau em 2015, propôs uma série de reformas para descentralizar o sistema político, as quais incluíam a criação de instituições representativas a nível local e a realização de eleições autárquicas.

O programa previa instituir conselhos municipais e uma administração com poderes suficientes para promover o desenvolvimento local. Ademais, sublinhou a necessidade de transparência para

46 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 6-7).
47 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 31).
48 Temudo e Abrantes (2016).
49 Carvalho (2008, 2009).
50 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 32).
51 Embaló (2008: 185), Mané (2008: 230-231), Mendes (2008: 293).
52 Kohl (2018: 135-162).
53 Kohl (2011: 27-28; 31).
54 Koudawo (2000: 171).
55 Cardoso (2008: 18-23).
56 Chabal (1983: 206).

combater políticas clientelistas.[57] As eleições autárquicas que estavam agendadas para o ano 2017, foram afinal abortadas com a queda do governo de Domingos Simões Pereira, em agosto de 2015. Enquanto a iniciativa em favor dos governos locais não foi retomada nos anos seguintes, em tempos recentes iniciou-se uma campanha popular em favor da realização de eleições municipais.[58]

As eleições locais podem servir como o ponto de partida de um novo processo político que permite às comunidades desenvolverem as suas próprias instituições "sincréticas", dentro do sistema político. Assim, forneceriam uma base popular para a governação de proximidade, preenchendo uma lacuna de longa data na Guiné-Bissau. O reconhecimento mútuo da autoridade e legitimidade é uma pré-condição para criar uma relação "simétrica" entre as comunidades e o Estado.[59] Ao mesmo tempo, é imperativo garantir que as instituições eleitas, como os conselhos municipais, representem efetivamente as comunidades locais e mantenham uma autonomia administrativa dentro da estrutura do Estado. Para atingir esses objetivos, as autarquias deveriam estar ancoradas em instituições existentes, com comprovada autoridade e capacidade de representação e mediação. Devem, da mesma forma, compartilhar os valores culturais predominantes das comunidades locais onde atuam.

Conclusões

Este capítulo propôs-se examinar a disjunção entre o Estado e a sociedade na Guiné-Bissau e explorar a natureza e extensão desta brecha histórica. Esta lacuna tem comprometido seriamente o desenvolvimento político, económico e social do país, desde a sua independência. A análise inspirou-se principalmente nos resultados da pesquisa Vozes do Povo e comparações do Afrobarometer feitas com outros países da região. Também procurou contextualizar as informações geradas no quadro dos grupos focais, realizados em diversos pontos do país. Por fim, olhou para a trajetória política do país e para o seu sistema político desde a independência. Estes inquéritos revelaram uma profunda desconfiança nas instituições públicas e nos atores políticos, ao questionar o seu comportamento e as suas motivações. Ao mesmo tempo, demonstraram uma notável vontade de mudança e confiança nas suas "próprias" organizações e lideranças comunitárias. A pesquisa Vozes do Povo também destaca a perceção aguda da extroversão do Estado e as suas consequências, devido à dependência de financiamento externo – seja por meios legais, como a cooperação internacional, ou ilegais, como o narcotráfico – e ao abuso de poder, corrupção e incompetência.

Este capítulo não pretende oferecer soluções acabadas para esses problemas, mas procurou caminhos que poderiam reduzir o fosso entre o Estado e a sociedade, baseado nas respostas dos inquiridos.

Com base na rica informação contida neste inquérito Vozes do Povo, os autores concluem que:

- O fracasso das políticas governamentais em combater o abuso de poder, a incompetência e a corrupção, em promover a igualdade de oportunidades e aliviar a pobreza é condenado pela esmagadora maioria dos inquiridos, que apoiam a descentralização do sistema político para aumentar a sua capacidade de fortalecer a autonomia das comunidades, apoiar as suas iniciativas e melhorar os serviços básicos.

[57] RGB (2015: 65-67).

[58] Recentemente, foi lançado o Movimento de Jovens pelas Autarquias na Guiné-Bissau, que propõe fazer das eleições autárquicas um meio de promoção e desenvolvimento local. Ver "Jovens Guineenses criam movimento para exigir eleições autárquicas," *O Democrata*, 7 de outubro de 2020.

[59] Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 32).

- Os resultados evidenciam claramente que a Guiné-Bissau possui infraestruturas sociopolíticas com autoridade e legitimidade sobre as quais estratégias futuras poderiam ser construídas para promover o desenvolvimento local. A "localização do poder" em unidades autónomas autossuficientes,[60] apoiadas por instituições e lideranças 'tradicionais', muitas das quais se tornaram sincréticas desde a independência na ausência do Estado, criou uma base fértil, mas não homogénea para mobilizar recursos humanos e materiais. A nível local, poderão ser estabelecidos conselhos municipais eleitos, em sintonia com as tradições endógenas existentes e aproveitando as práticas locais de lideranças sincréticas. Estas autarquias deverão ter condições para desempenhar um papel relevante na atribuição e gestão de recursos, tendo em conta as necessidades locais. Para que uma democracia sustentável funcione "é (...) fundamental (...) para pessoas comuns influenciar a utilização dos recursos disponíveis – incluindo a assistência internacional – para atender às necessidades amplamente reconhecidas."[61]

- Dada a maior probabilidade de os cidadãos responsabilizarem as instituições endógenas em vez dos seus representantes nos parlamentos nacionais,[62] os primeiros constituem locais privilegiados para o exercício pró-ativo da cidadania. O capital social e cultural, acumulado ao longo do tempo por essas instituições tradicionais e sincréticas, apresenta uma base e uma oportunidade para uma mudança política sustentável.[63] A notável capacidade de intervenção e inovação demonstrada por associações-mãe e de base, por exemplo, formadas por grupos de mulheres e jovens,[64] transformou-as em "agentes morais" de mudança.[65] Estas e outras associações locais deviam ter representação junto das novas estruturas autónomas eleitas.

- É fundamental que estas entidades políticas locais, eleitas, estejam incorporadas em instituições locais respeitadas e operem através delas, para evitar o aumento da fragilidade e da instabilidade resultante de responsabilidades e interesses concorrentes. Deste modo, poderiam fortalecer o controlo social exercido sobre a construção e o funcionamento do Estado a partir do meio local em que se inserem. Operando na proximidade dos cidadãos, estes órgãos poderiam desenvolver a sua capacidade de mediação e negociação, em relação ao Estado, entidades privadas e ONGs, enquanto preenchem, ao mesmo tempo, o vazio entre o Estado e a sociedade.

Referências

Amado, Leopoldo (2005). "Guiné-Bissau: 30 anos de independência," *Africana Studia*, 8.

Azevedo, Elisabete e Lia Nijzink (2007). "Semi-presidentialism in Guinea-Bissau: The lesser of two evils?" *Semi-Presidentialism Outside Europe: A Comparative Study*, organizado por Robert Elgie e Sophia Moestrup. London: Routledge, pp. 137-160.

60 Forrest (2002: 262), Amado (2005: 133).
61 Rudebeck (2001: 94).
62 Bratton (2012: 518).
63 Van Rouveroy van Nieuwaal (1999: 22).
64 Martins (2019).
65 Gable (2000: 201).

Bayart, François e Stephen Ellis (2000). “Africa in the World: A History of Extraversion,” *African Affairs*, 99: 395, pp. 217-267.

Bicari, Lino (1983). “Relação massas populares-poder no processo de libertação da Guiné-Bissau,” manuscrito inédito.

Bernal, Victoria. (2014). *Nation as Network: Diaspora, Cyberspace and Citizenship*. Chicago: University of Chicago Press.

Bock, Augusto (2008). “Os Balanta da região de Oio na Guiné-Bissau. Cultura juvenil e a luta intergeracional pelo poder,” *Soronda, Experiências locais de gestão de conflitos*, pp. 159-174.

Bordonaro, Lorenzo (2009a). “Introduction. Guinea Bissau today: the irrelevance of the state and the permanence of change,” *African Studies Review*, 52: 2, pp. 35-45.

Bordonaro, Lorenzo (2009b). “*Sai fora*: youth, disconnectedness, and aspiration to mobility in the Bijagó Islands (Guinea-Bissau),” *Etnográfica*, 13: 1, pp. 125-144.

Bratton, Michael (2012). “Citizen Perceptions of Local Government Responsiveness in Sub-Saharan Africa,” *World Development*, 40: 3, pp. 516-527.

Cardoso, Carlos (2008). *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: O caso da Guiné-Bissau*. Dakar: CODESRIA.

Cardoso, Carlos (2000a). “Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 87-104.

Cardoso, Carlos (2000b). *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos / ISCTE.

Cardoso, Carlos (1995). “A transição democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil,” *Lusotopie*, 2: 1, pp. 259-282.

Carter, Miguel (2020a). *Vozes do Povo: Relatório comparativo. Resultados completos*. Bissau: DEMOS.

Carter, Miguel (2020b). *Vozes do Povo: Relatório de entrevistas de grupos focais por localidade*. Bissau: DEMOS.

Carvalho, Clara (2009). “La legitimidad de la palabra: La historia de los régulos poscoloniales en Guinea Bissau,” *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, 87, pp. 17-38.

Carvalho, Clara (2000). “A revitalização do poder tradicional: Os regulados manjaco da Guiné-Bissau,” *Etnográfica*, IV: 1, pp. 37-59.

Cesay, Hassoum (2016). "The 'Narco' State and the Impact on Institutions in Guinea Bissau and Countries in the Sub-Region," *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 205-228.

Chabal, Patrick e Toby Green, organizadores (2016). *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*. London: Hurst.

Chabal, Patrick (1983). "Party, State, and Socialism in Guinea-Bissau," *Canadian Journal of African Studies*, 17, 2: 189-210.

Costa Dias, Eduardo (2013). "From the Unbearable "Resilience" of Coupism to Ethnicisation: A Short Journey for the Armed Forces of Guinea-Bissau," *Nordic Journal of African Studies*, 22: 1 & 2, pp. 6-22.

Elgie, Robert (2010). "Semi-Presidentialism, Cohabitation and the Collapse of Electoral Democracies, 1990-2008," *Government and Opposition*, 45: 1, pp. 29-49.

Embaló, Birgit (2008). "Local Conflict Management and the State in Bissau: A Case Study in Three City Quarters," *Soronda, Experiências locais de gestão de conflitos*, pp. 175-214.

Fernandes, Raúl M. (1994). "O processo democrático na Guiné-Bissau," *Soronda*, 17, pp. 31-43.

Forrest, Joshua B. (2016). "Guinea Bissau's Colonial and Post-Colonial Institutions," *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 37-54.

Forrest, Joshua B. (2005). "Democratization in a Divided Urban Political Culture: Guinea- Bissau," *The Fate of Africa's Democratic Experiments: Elites and Institutions*, organizado por Leonardo A. Villalon e Peter Von Doepp. Bloomington: Indiana University Press, pp. 246-266.

Forrest, Joshua B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea Bissau.* Athens e Oxford: Ohio University Press e James Currey.

Forrest, Joshua B. (2002). "Guinea Bissau," *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, organizado por Patrick Chabal. London: Hurst, pp. 236-263.

Gable, Eric (2000). "The Culture Development Club: Youth, Neo-tradition and the Construction of Society in Guinea Bissau," *Anthropological Quarterly*, 73: 4, pp. 195-203.

Galli, Rosemary E. e Jocelyn Jones (1987). Guinea-Bissau: *Politics. Economics and Society*. London: Frances Pinter.

Gittell, Ross J. e Avis C. Vital (1998). *Community Organizing: Building Social Capital as a Development Strategy*. London: Sage.

Havik, Philip J. (2016). “Guinea Bissau’s Rural Economy and Society: A Reassessment of Colonial and Post-Colonial Dynamics,” *Guinea Bissau: From Micro-State to ‘Narco-State’*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 55-84.

Havik, Philip J. (2012). “Virtual Nations and Failed States: Making Sense of the Labyrinth,” *Sure Road? Nationalism in Angola, Guinea-Bissau, and Mozambique*, organizado por Eric Morier-Genoud. Leiden: Brill, pp. 31-78.

Havik, Philip J. (1999). “Mundasson I kambansa: Espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994),” *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18: 22, CEAA/IICT, pp. 115-167.

Imbali, Faustino, coordenador (1993). O*s efeitos socio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.

Jao, Mamadu (2000). “Uma leitura do conflito guineense,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 105-124.

Kohl, Christoph (2018). *A Creole Nation: National Integration in Guinea Bissau*. New York: Berghahn.

Kohl, Christoph (2016). “Ethnicity and the Political System Post-1998,” *Guinea Bissau: From Micro-State to ‘Narco-State’*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 161-184.

Kohl, Christoph (2011). “Integração nacional ‘por baixo’: A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau,” *Anthropológicas*, 15: 22, 2, pp. 7-40.

Koudawo, Fafali (2000). “La guerre des Mandjuas: Crise de gouvernance et implosion d’un modèle de résolution des crises,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 153-174.

Koudawo, Fafali (1994). *Eleições e lições*. Bissau: Ku Si Mon.

Lopes, Carlos (1987). *Transição histórica na Guiné-Bissau: Do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP.

Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e relações de poder*. Lisboa: Edições 70.

Lopes, Catarina (2010). “Papel das associações no desenvolvimento rural: estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau,” Texto apresentado no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE.

Mané, Fodé Abulai (2008). “Estratégias e instituições locais de gestão de conflitos no sector de Bambadinca,” *Soronda*, Número especial, pp. 215-234.

Mané, Fodé Abulai (2000). “O conflito político-militar de 7 de Junho de 1998: A crise da legitimação,” *Soronda*, Número Especial 7 de Junho, pp. 67-85.

Martins, João Miguel Godinho (2011). "O papel das Associações de Base na recuperação comunitária em Estados Frágeis no Pós-Conflito: O caso do bairro de Quelelé (Bissau) no pós-guerra de 1998-1999," Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.

Meirotti, Melanie e Grant Masterson, organizadores (2018). *State Capture in Africa*: *Old Threats, New Packaging*. Johannesburg: EISA.

Mendes, Paulina (2008). "O papel das instituições costumeiras e estatais na resolução de conflitos na região de Cacheu: O caso de manjacos," *Soronda*, Experiências locais de gestão de conflitos, pp. 287-309.

Mendy, Peter K. (1996) "A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau," *Pluralismo Político na Guiné Bissau: Uma transição em curso*, organizado por Fafali Koudawo e Peter K. Mendy. Bissau: INEP, pp. 13-65.

Nóbrega, Álvaro (2015). *Guiné-Bissau: Um caso de democratização difícil, 1998-2008*. Lisboa: ISCSP.

República da Guiné-Bissau, RGB (2015). *Guiné-Bissau 2025: Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 'Terra Ranka', Relatório Final*. Bissau: RGB.

Rudebeck, Lars (2001). *On Democracy's Sustainability: Transition in Guinea Bissau*, SIDA Studies, 4. Stockholm: SIDA.

Rudebeck, Lars (1988). "Kandjadja, Guinea-Bissau, 1976 - 1986: Observations on the Political Economy of an African Village," *Review of African Political Economy*, 41, pp. 17-29.

Rudebeck, Lars (1982). *Problèmes de pouvoir populaire et de développement: Transition difficile en Guinée-Bissau.* Uppsala: SIAS.

Sangreman, Carlos (2016). "A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016," Working Paper 146. Lisboa: CEsA-ISEG.

Shaw, Mark (2015). "Drug trafficking in Guinea-Bissau, 1998–2014: The Evolution of an Elite Protection Network," *Journal of Modern African Studies*, 53: 3, pp. 339-364.

Temudo, Marina e Manuel Abrantes (2016). "Rural Livelihoods and Social Stability in Guinea Bissau: The End of an Era?" *Guinea Bissau: From Micro-State to 'Narco-State'*, organizado por Patrick Chabal e Toby Green. London: Hurst, pp. 87-103.

Trajano Filho, Wilson (2016). "O projeto nacional na Guiné-Bissau: Uma avaliação," *Estudos Ibero-Americanos*, 42: 3, pp. 913-943.

Van der Drift, Roy (1999). "'Democracy': War and Legitimacy in Guinea-Bissau," *Lusotopie*, VI, pp. 225-240.

Van Rouveroy van Nieuwaal, Emile (1999). “Chieftaincy in Africa: Three Facets of a Hybrid Role,” *African Chieftaincy in a New Socio-Political Landscape*, organizado por Emile Van Rouveroy van Nieuwaal e Rijk van Dijk. Muenster: LIT, pp. 21-47.

Vigh, Henrik (2009). “Wayward Migration: On Imagined Futures and Technological Voids,” *Ethnos*, 74: 1, pp. 91-109.

Vigh, Henrik (2007). *Navigating Terrains of War: Youth and Soldiering in Guinea Bissau*. New York & Oxford: Berghahn.